

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Paula Eugenio dos Santos

O IMPACTO DOS GASTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NA CRIMINALIDADE DO
DISTRITO FEDERAL

Brasília - DF

2014

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo

Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva

Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Paula Eugenio dos Santos

O IMPACTO DOS GASTOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NA
CRIMINALIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Universidade de
Brasília, como requisito parcial à conclusão da
disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e
consequente obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer
Wilbert

Brasília - DF
2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por mais esta conquista, além de todas as que Ele já me proporcionou.

A todo o corpo docente da Universidade de Brasília, por todos os ensinamentos passados a mim nesses quatro anos, e principalmente ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert por sua dedicação e paciência comigo durante este período em que convivemos.

Aos meus amigos queridos que conquistei nesses quatro anos de UnB, por todos os momentos de felicidade e diversão, mas também por estarem comigo nos momentos difíceis. Obrigada por todas as conversas, os almoços, as saídas e as horas de estudo que não teriam sido tão proveitosas e divertidas sem vocês.

E obrigada principalmente a minha família, por tudo o que fizeram por mim para que eu chegasse onde estou hoje. Obrigada mãe por todo o carinho, dedicação e por ser a melhor amiga que alguém pode ter. Obrigada pai por todas as caronas até a UnB para que eu não precisasse ir de ônibus. Obrigada a Laís, minha irmã, por todas as sessões de cinema que você pagou pra eu conseguir relaxar e ao meu tio-irmão, tio Zé, por todas as vezes que eu te tirei do serviço pra me ajudar em alguma coisa.

E a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram a conseguir este tão sonhado diploma.

O IMPACTO DOS GASTOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA PÚBLICA NA CRIMINALIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RESUMO

A criminalidade no DF tem crescido, em termos absolutos, nos últimos anos. Para combater tais índices, o governo investe em segurança pública e estes investimentos representavam 3,5% do orçamento total do DF em 2012. A fim de descobrir se os gastos do governo do Distrito Federal com a área de segurança pública estão influenciando o número de ocorrências policiais registradas, foi realizada uma análise de estatística descritiva destes dados, no período de 2003 a 2011. Além disso, foram analisadas outras variáveis socioeconômicas a fim de descobrir quais podem estar influenciando a criminalidade no Distrito Federal. Os resultados obtidos mostram que a criminalidade *per capita* tem diminuído, apesar de os números absolutos apresentarem um aumento no período analisado, e que, dentre as modalidades de crimes – contra o patrimônio, contra a pessoa e contra a dignidade sexual –, os crimes contra a pessoa são os de maior relevância. Analisando os gastos com segurança pública, é possível observar que no ano de 2004 houve uma diminuição acentuada desses gastos, em relação a 2003, e que a partir de 2008 os dispêndios dessa natureza voltaram a crescer. Sobre as variáveis socioeconômicas analisadas, é possível observar que a renda domiciliar *per capita*, a média dos anos de estudo, o nível de pobreza, o nível de desemprego e o percentual de jovens do sexo masculino apresentaram uma correlação forte com a criminalidade. Já os gastos públicos não apresentaram uma correlação tão significativa.

Palavras-Chave: Criminalidade; Segurança Pública; Orçamento Público; Variáveis explicativas do crime; Distrito Federal.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Orçamento do Distrito Federal em Segurança Pública.....	22
TABELA 2 – Análise Desagregada dos Gastos com Segurança Pública.....	25
TABELA 3 – Criminalidade por Habitante.....	27
TABELA 4 – Análise Desagregada da Criminalidade.....	28
TABELA 5 – Análise desagregada do Crime contra o Patrimônio.....	29
TABELA 6 – Correlação entre as variáveis explicativas e o crime.....	33
TABELA 7 – Efetivo Policial e População ao longo do tempo.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Efetivo Policial e População do Distrito Federal.....	21
GRÁFICO 2 – Efetivo Policial para cada mil habitantes.....	22
GRÁFICO 3 – Gasto Total e com Segurança Pública.....	23
GRÁFICO 4 – Gasto com Segurança Pública em relação ao total.....	24
GRÁFICO 5 – Gasto com Segurança Pública por Habitante.....	24
GRÁFICO 6 – Gasto com Segurança Pública em relação ao PIB.....	25
GRÁFICO 7 – Análise Desagregada dos Gastos com Segurança Pública.....	26
GRÁFICO 8 – Criminalidade e Gasto com Segurança por habitante.....	27
GRÁFICO 9 – Índice de Gini e Criminalidade.....	30
GRÁFICO 10 – Renda <i>per capita</i> e Média de anos de estudo.....	31
GRÁFICO 11 – Pobreza e Desemprego.....	32
GRÁFICO 12 – Jovens do Sexo Masculino e Criminalidade.....	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBMDF Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

DF Distrito Federal

FNSP Fundo Nacional de Segurança Pública

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDS Índice de Desenvolvimento Socioeconômico

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MOG Ministério do Orçamento e Gestão

PCDF Polícia Civil do Distrito Federal

PIB Produto Interno Bruto

PMDF Polícia Militar do Distrito Federal

PNSP Plano Nacional de Segurança Pública

PRONASCI Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RMS Região Metropolitana de Salvador

SEFAZ/DF Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

SEGEF Secretaria de Gestão Pública do Ministério da Justiça

SSP/DF Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

STN Secretaria do Tesouro Nacional

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. REVISÃO DE LITERATURA	09
2.1 Aspectos Legais da Segurança Pública	09
2.2 Teoria do Crime e Função do Estado	10
2.3 Estudos Sobre Segurança Pública no Brasil	12
3. METODOLOGIA	19
4. RESULTADOS	21
4.1 Estatísticas de Gasto Público e Criminalidade	21
4.2 Estatísticas Socioeconômicas	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública é uma das maiores preocupações dos brasileiros, pois é vontade de todos estarem seguros dentro e fora de casa, e é dever do Estado brasileiro oferecer segurança à população (BRASIL, 1988). Um dos temas mais discutidos na atualidade é como os índices de criminalidade vêm crescendo no DF e no resto do Brasil e como esse problema deve ser atacado, se de forma repressiva, com o uso da força policial, ou de forma preventiva, investindo em áreas sociais, como combate à pobreza e diminuição da desigualdade de renda (CARRERA-FERNANDEZ e PEREIRA, 2001; LOUREIRO e CARVALHO, 2007).

Quando a população paga seus tributos, é desejo que seu dinheiro seja bem aplicado e que o governo ofereça serviços públicos de qualidade como educação, saúde e segurança pública. Mas será que os gastos do governo na área de segurança pública têm surtindo efeito nos índices de criminalidade do DF nos últimos anos?

O presente trabalho tem como objetivo descobrir se os gastos orçamentários com segurança pública no Distrito Federal (DF) estão repercutindo nas ocorrências policiais. O tema é de grande importância, pois, trabalhos com essa natureza, ajudam o governo a planejar melhor seus gastos e a população a ter conhecimento sobre a efetividade dos investimentos governamentais.

Para tanto, foi realizada uma análise descritiva dos dados orçamentários e de criminalidade no DF no período de 2003 a 2011. Além disso, foram analisadas variáveis socioeconômicas, como desemprego, pobreza e renda *per capita*, variáveis estas que, com base na literatura da área, normalmente apresentam efeitos na criminalidade, a fim de analisar se elas também possuem efeitos nas ocorrências policiais no DF.

O trabalho se encontra dividido em cinco partes: introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados e considerações finais. A revisão de literatura fará um breve resumo sobre a legislação vigente no Brasil e no DF, além de discorrer sobre a teoria do crime, tendo por base o trabalho de Becker (1968), e por último fazer um resumo sobre os trabalhos existentes no Brasil sobre o tema. Os resultados serão apresentados divididos em estatística descritiva dos gastos com segurança pública e criminalidade e depois estatística descritiva sobre as variáveis socioeconômicas explicativas do crime.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Aspectos Legais da Segurança Pública

Esta seção tem por finalidade fazer um apanhado sobre a legislação em vigor que rege a Segurança Pública no Brasil e no DF, além da legislação sobre o Orçamento Público, ambos de extrema importância para a compreensão das outras seções deste trabalho.

A Segurança Pública é tratada no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, que afirma que esta é de responsabilidade do Estado, direito e dever de todos e será exercida para manter a ordem pública e o bem-estar das pessoas e de seus patrimônios. As polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis e militares e os corpos de bombeiros militares – esses três últimos de responsabilidade dos Estados – são os órgãos responsáveis pela manutenção da Segurança Pública previstos na Constituição (BRASIL, 1988). É possível observar que fica a cargo dos Estados a maior parte das responsabilidades em relação à segurança pública (PERES *et al*, 2014). O DF possui as mesmas competências que Estados e Municípios segundo o § 3º do artigo 32 da Constituição Federal, por isso, o Decreto Distrital 28.691 de 2008 determina que seu sistema de Segurança Pública seja composto pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF, Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF (DISTRITO FEDERAL, 2008). A Emenda Constitucional Nº 19, em seu artigo 1º, determina como sendo função da União manter e organizar a PCDF, a PMDF e o CBMDF (BRASIL, 1998).

Sobre o Orçamento Público, a Lei 4.320 de 1964 estabelece que na Lei do Orçamento deva constar, dentre outras coisas, a classificação da receita por fontes e da despesa por funções (BRASIL, 1964). Levando em conta a classificação funcional da despesa, o Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) publicou a Portaria Nº 42 de 1999, que discrimina as funções em seu anexo, além de conceituar, entre outras coisas, funções e subfunções. Segundo essa portaria, as funções são os maiores níveis de agregação das despesas do setor público, já as subfunções são as partições da função que visam agregar despesas semelhantes. Do anexo dessa portaria consta a função Segurança Pública e suas subfunções, Policiamento, Defesa Civil e Informação e Inteligência, (BRASIL, 1999). O orçamento do DF, como será observado na seção “Resultados”, também apresenta a subfunção “Demais Funções”.

2.2 Teoria do Crime e Função do Estado

O estudo da teoria econômica do crime tem o trabalho de Becker (1968) como referência importante. Com base neste estudo, apresenta-se a seguir abordagem simplificada do comportamento do indivíduo quanto à participação de atividades ilegais. Tem-se a hipótese de que indivíduos racionais calculam o benefício de cometer algum crime. Outra hipótese importante é de que os indivíduos são neutros ao risco. O benefício de cometer um crime pelo indivíduo i é dado pela equação (1).

$$B_i = (1 - p) \cdot L_i - C_i - W_i - p \cdot F \quad (1)$$

Assim, conforme o modelo, o benefício auferido pelo indivíduo é uma ponderação do ganho do crime (L_i) pela probabilidade de ser capturado e condenado (p), menos o custo com o planejamento e execução do crime (C_i), menos a renda que seria obtida com atividades legais (W_i) e menos a punição (F) ponderada pela probabilidade de captura e punição.

Dado que o indivíduo possua valores morais, quantificáveis por M_i , o indivíduo irá cometer crime caso o benefício líquido com o crime (B_i) seja maior do que o valor moral (M_i).

Caso a probabilidade de captura e punição seja igual a zero, o crime somente será compensatório caso o retorno líquido do crime ($L_i - C_i - M_i$) seja maior do que o ganho que seria obtido com a atividade legal (W_i). A implicação disso é de que o crime será compensatório caso os salários de mercado forem suficientemente baixos.

Deste modelo entende-se que o crime responde a incentivos positivos e negativos. Isto é, caso a probabilidade de captura e punição aumente, espera-se que o crime diminua. Por outro lado, caso os salários das atividades legais aumentem, conclui-se que o crime também diminua.

Outros estudos também enfocaram nos fatores dissuasórios (*deterrence effects*), como a eficiência do aparelho policial e a punição (EHRlich, 1973; BLOCK e HEINECKE, 1975).

Cerqueira e Lobão (2003) expõem as principais teorias das causas do crime, enfatizando uma abordagem multidisciplinar. Os autores enfocam teorias biológicas, psicológicas, sociológicas e econômicas, buscando uma maior compreensão das causas do crime. Neste sentido, a distribuição de renda e as políticas de bem estar teriam efeito de

diminuir a criminalidade, conforme estudos de Benoi e Osborne (1995), Zhang (1997), Imrohoroglu *et al.* (2000) e Merlo (2003).

A discussão do papel do Estado na segurança pública está relacionada com o estudo das razões de existência do Estado. Conforme Giambiagi e Além (2011) o governo é necessário para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de exercer todas as funções econômicas. Mais especificamente, a ocorrência de falhas de mercado justifica a presença do Estado. Como falhas de mercado citam-se: a) Existência de bens públicos; b) Falha na competição (poder de mercado, monopólios naturais); c) Externalidades; d) Mercados incompletos; e) Falhas de informação; f) Ocorrência de desemprego e inflação.

Ainda conforme Giambiagi e Além (2011), mesmo que os mercados funcionassem sob concorrência perfeita, as características de produção ou de consumo de determinados bens são tais que eles não poderiam ser fornecidos pelo mercado (bens públicos e externalidades);

Bens públicos são bens cujo consumo é “não rival” e “não excludente”. Pelo conceito de “não rival” entende-se que o consumo de um bem público por parte de um indivíduo não reduz a disponibilidade para outros indivíduos. Pelo conceito de “não exclusão”, entende-se que o consumo ou uso de um bem por parte de um indivíduo não impede que outros indivíduos também sejam beneficiados (STIGLITZ, 2000).

Assim, pode-se entender a segurança pública como um bem público. De forma geral e ideal, o fato de um cidadão receber o benefício da presença coercitiva da força policial, não impede que outro cidadão também se beneficie. Além disso, a oferta de segurança pública não pode ser negada ao cidadão que está em débito com seus tributos.

Entende-se também que, por exemplo, quando uma viatura policial é destinada a atender alguma ocorrência, ela deixa de estar disponível aos outros cidadãos naquele instante. Também existe a discussão da priorização do aparato policial em atender determinados grupos da sociedade. Estes aspectos diminuem a natureza de bem público da segurança pública.

Por outro lado, entende-se que a oferta de segurança pública pelo Estado gere externalidades positivas na sociedade. A presença de força policial atendendo uma demanda localizada da sociedade pode melhorar a segurança do ambiente próximo, caracterizando, portanto, em uma externalidade positiva. Estudos indicam que a força policial produz efeitos além das fronteiras jurisdicionais dos municípios (MEHAY, 1977; HAKIM, ARIE OVADIA e WEINBLATT, 1977).

2.3 Estudos Sobre Segurança Pública no Brasil

Na revisão de literatura sobre segurança pública no Brasil, os trabalhos foram divididos em temas, sendo estes: fatores que explicam a criminalidade, correlação entre fator específico e criminalidade, cálculo do custo da violência, federalismo e segurança pública, gastos com segurança pública, análise do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Além desses temas, é importante falar do trabalho de Santos e Kassouf (2008), que agregaram e discutiram os estudos econômicos sobre criminalidade já realizados no Brasil, com o objetivo de incentivar e auxiliar novas pesquisas, apresentando as principais dificuldades e controvérsias existentes nesses estudos, além de apresentar e analisar as principais fontes de dados disponíveis. O que se observou sobre os estudos é que a maioria deles não considera a decomposição demográfica das áreas geográficas estudadas para a construção de taxas de crimes, que uma parte dos estudos tende a investigar as causas da criminalidade amplamente, enquanto outros têm objetivos mais específicos, que os trabalhos nessa área já chegaram ao consenso de que a desigualdade de renda afeta positivamente a criminalidade, entre outras coisas. Algumas dessas conclusões serão observadas nos estudos que serão expostos a seguir.

Santos e Kassouf (2008) analisam também as fontes de dados existentes, concluindo-se que no Brasil há uma grande carência de dados criminais disponíveis para pesquisa. Os dados oficiais não permitem conhecer a real incidência de crimes, o risco de vitimização e o percentual de sub-registro de crimes, para tanto, é necessário o auxílio de pesquisas de vitimização, sendo sugerido que o governo promovesse de tempos em tempos uma pesquisa desse tipo de abrangência nacional. Concluindo, é possível observar que existe um arcabouço teórico e econométrico bastante extenso no Brasil, porém não há dados bons o suficiente para que se avance nos estudos sobre criminalidade.

Uma boa parte dos trabalhos observados busca explicar as causas da criminalidade, observando-se, principalmente, as variáveis socioeconômicas e demográficas que afetam os índices de criminalidade em determinada localidade. Carrera-Fernandez e Pereira (2001), por exemplo, analisaram as causas da criminalidade – tanto o agregado de crimes, como furtos e roubos, especificamente – no Estado da Bahia, em 40 municípios que não integram a Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 1993 a 1998. Os resultados apontam que a renda do município e os investimentos em educação possuem um efeito negativo sobre a criminalidade, enquanto que a concentração de renda possui efeito positivo.

Já Lobo e Carrera-Fernandez (2003) buscaram explicar os índices de criminalidade sobre o ponto de vista de algumas variáveis socioeconômicas, limitando-se aos dez municípios que formam a RMS, abrangendo o período de 1993 a 1999. As variáveis de crime utilizadas são os crimes contra o patrimônio, crimes de entorpecentes, crimes contra a pessoa e crime de estupro. As variáveis socioeconômicas utilizadas na análise são a eficiência da polícia, nível de educação, densidade demográfica, grau de urbanização, renda do município, tamanho do governo municipal e concentração de renda. Os resultados mostram que aumentos na densidade demográfica, na eficiência da polícia, no nível de educação, na renda do município e no tamanho do governo municipal, diminuem a criminalidade. Por outro lado, aumentos na concentração de renda e no grau de urbanização aumentam a criminalidade.

Lemos, Santos Filho e Jorge (2005) também investigaram as variáveis socioeconômicas que explicam a criminalidade, limitando sua pesquisa à cidade de Aracajú. Dentre as várias variáveis socioeconômicas que foram analisadas as que melhor explicam os crimes contra o patrimônio são: concentração de renda, características de infraestrutura existente em cada bairro, baixa densidade demográfica e menor participação de jovens no total da população.

O trabalho de Seillier (2010) analisou a relação existente entre quatro tipos de crimes – crimes letais, crimes patrimoniais violentos (roubos), crimes patrimoniais não violentos (furtos) e crimes envolvendo drogas – e algumas variáveis socioeconômicas e demográficas, nas 27 unidades da federação. Os resultados mostram que os crimes letais estão mais associados a baixos índices de escolaridade, os crimes patrimoniais violentos a variáveis demográficas, os crimes patrimoniais não violentos às variáveis de desigualdade de renda e os crimes envolvendo drogas a maiores taxas de desemprego.

O trabalho de Loureiro e Carvalho (2007) analisou a criminalidade nos estados brasileiros, no período de 2001 a 2003. Os dados sobre criminalidade foram divididos em quatro modalidades: crimes contra a pessoa (homicídios), crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) e sequestros. O que pode ser observado é que a concentração de renda e a proporção de lares uniparentais afetam a criminalidade positivamente, já outras variáveis, como nível de pobreza, renda e nível educacional variam seus efeitos de acordo com a modalidade de crime analisada.

Kahn (2013), ao invés de correlacionar variáveis socioeconômicas ao índice de criminalidade de determinada localidade, tenta expor outros fatores que motivaram a diminuição da criminalidade na região Sudeste e o aumento da criminalidade nas regiões Norte e Nordeste do Brasil na última década. Os motivos apontados para o aumento da

criminalidade nas regiões Norte e Nordeste são: aumento do poder aquisitivo da população e, consequentemente, um aumento da oferta de bens a serem roubados ou furtados; um sistema de justiça mais falho; aumento do número de armas de fogo adquiridas para segurança própria – consequência da maior sensação de insegurança da população – ocasionando em aumento de homicídios. Já os motivos apontados para a redução da criminalidade na região Sudeste são: a retirada de armas de fogo de circulação; novas ferramentas e técnicas de gestão policiais; aumento das taxas de encarceramento; crescimento econômico equilibrado; mudanças nas dinâmicas demográficas estaduais; e o uso mais intenso dos equipamentos de segurança.

Outros trabalhos buscaram analisar a correlação existente entre apenas uma variável e a criminalidade. É o caso Britto (1999), que restringiu sua análise a apenas uma variável socioeconômica, o desemprego, e a correlação existente entre ela e o crime, no Distrito Federal de 1992 a 1996. A pesquisa encontrou que existe sim uma correlação positiva entre desemprego e criminalidade, além de ter encontrado também influência significativa de experiências criminais anteriores e renda. A partir do resultado encontrado é possível afirmar que políticas públicas que visem diminuir o desemprego como, por exemplo, facilitar a entrada de jovens no mercado de trabalho, são um meio para se reduzir a criminalidade na região.

Mendonça, Loureiro e Sachsida (2002) ao invés de analisarem a relação entre variáveis socioeconômicas e criminalidade, foram um pouco adiante e analisaram a relação entre a interação social dos indivíduos e o tipo de crime em que incorreram – violento ou não violento. A população pesquisada foi de 799 detentos do presídio da Papuda. A hipótese defendida pelos autores é que os indivíduos que tiveram uma boa interação com as pessoas ao seu redor adquiriram certas regras de comportamento que os impedem de cometer crimes violentos, e vice-versa. Por isso, o questionário aplicado nos presos continha perguntas que iam além das questões sociais, abrangendo também questões sobre relação familiar, consumo de drogas, atividades de lazer, crime cometido e religiosidade. Foi possível chegar à conclusão de que os fatores determinantes de cada tipo de crime são diferentes e que desequilíbrios no núcleo familiar podem aumentar a predisposição do indivíduo de cometer crimes violentos.

Shikida e Oliveira (2012) analisaram a correlação entre desenvolvimento econômico e incidência de crimes violentos na mesorregião oeste do Paraná. Para tanto, foi calculado um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para cada um dos municípios, e este índice foi correlacionado com o número de homicídios. A pesquisa mostrou que a incidência de

crimes diminui com o aumento do IDS, apesar de a correlação existente ser considerada muito fraca. Entretanto, a correlação da região pesquisada é melhor que a de todo o estado do Paraná.

Alguns trabalhos buscaram avaliar os custos que a criminalidade gera ao governo e à população. Kahn (1999), por exemplo, procurou avaliar os custos com a violência no estado de São Paulo. Em sua pesquisa, os gastos foram divididos em três tipos: gastos feitos pelo cidadão indiretamente que são alocados, direta ou indiretamente, no combate ao crime; gastos feitos diretamente por indivíduos ou empresas para comprar itens de segurança ou perda de patrimônio direta em função do crime; e valores que deixam de ser ganhos pela sociedade em razão do medo da violência. O valor encontrado chega a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo na época da pesquisa, o que o autor avalia como elevado, levando em consideração que é um valor maior do que aquele investido nos setores de saúde e assistência social, e também subestimado pelo fato de não terem sido computados dados importantes, como por exemplo, o valor das vidas das vítimas e a dor e o sofrimento causados pela violência.

Carvalho *et al.* (2007), calcularam o custo da violência para todo o Brasil. Os gastos foram divididos em dois grupos, os efetuados pelo Estado – no setor de segurança pública, no sistema prisional e no sistema de saúde para tratamento das vítimas – e nos arcados pelo setor privado – perda de capital decorrente de mortes prematuras, custos pela alocação de recursos no setor de segurança privada e na aquisição de seguros e o valor estimado dos bens roubados. A estimativa chegou ao valor de R\$ 92 bilhões, representando 5,09% do PIB do país em 2004. Porém, há limitações no cálculo, assim como houve na pesquisa de Kahn (1999), pelo fato de não ser possível estimar os custos com o sistema de justiça, as perdas com desvio de turismo e os custos intangíveis motivados por dor, sofrimento e medo. Nos dois trabalhos, os autores afirmam não poder ser feita uma comparação internacional pelo fato de haver diferenças metodológicas e nas rubricas de custos utilizadas nos cálculos.

Já em uma pesquisa posterior, Carvalho *et al.* (2008) limitaram sua pesquisa ao cálculo do custo social decorrente da perda do capital humano decorrentes de mortes por motivos externos – homicídios, acidentes de trânsito e suicídios – no Brasil no ano de 2001. O cálculo efetuado visava apurar a renda de trabalho média que cada um desses indivíduos teria se permanecesse vivo por todo seu período produtivo – aqui considerado de 15 a 65 anos –, usando dados sobre a idade, o gênero, o município de residência e o grau de escolaridade dos indivíduos. O cálculo chegou ao resultado de R\$ 20,1 bilhões de perda total de produção no período, sendo os homicídios responsáveis por R\$ 9,1 bilhões, acidentes de trânsito por R\$

5,4 bilhões e suicídios por R\$ 1,3 bilhão. O motivo de o valor de homicídios ser maior é pelo fato de a maioria das vítimas ser do sexo masculino (rendimentos normalmente mais altos) e ser de faixa etária baixa.

Outra área de pesquisa é a de gastos públicos em Segurança Pública. Loureiro e Carvalho (2007), já citados anteriormente, também objetivaram em sua pesquisa estimar o impacto dos gastos públicos em segurança e assistência social sobre a criminalidade nos estados brasileiros, no período de 2001 a 2003. Os gastos públicos com assistência social mostrou ter um efeito negativo sobre a criminalidade provando que esse tipo de gasto é de grande importância para a redução do crime. Analisando-se os gastos com segurança pública e levando em consideração que esses gastos, na maioria das vezes, são repressivos, ou seja, aumentam apenas quando há aumento na criminalidade, foi observado que esses gastos têm efeito negativo apenas sobre homicídios, podendo significar que medidas de combate à criminalidade de curto prazo não são eficazes.

Morais Filho, Cario e Nogueira (2011) exploraram os gastos de municípios, estados e União no período de 2000 a 2009, a fim de comprovar um aumento real e nominal dos investimentos na área de segurança pública no período analisado, além de comparar tais dispêndios com países da União Europeia. Os resultados obtidos apontam para um real aumento dos gastos com segurança pública no período, que os estados são os entes federativos que mais investem nessa área e que, em comparação com os países europeus, o Brasil se encontra em boa situação, pois esses dispêndios, em relação ao PIB, estão próximos da média europeia.

Lázaro (2012) procurou analisar a formação e destinação do orçamento da União na área de segurança pública e como se dá a construção das políticas públicas no setor, avaliando os orçamentos dos Ministérios da Justiça, do Planejamento e da Fazenda, no período de 2004 a 2011. Foi observado que a participação da função Segurança Pública no orçamento é pequena, já que a média anual destes gastos no período estudado foi de R\$ 6,1 bilhões, apenas 0,37% da média anual de gastos totais do governo. Focando-se na implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), chegou-se à conclusão de que os gastos anteriores à criação do programa eram mais voltados ao combate direto à violência, ou seja, gastos diretos no policiamento e programas voltados à diminuição da criminalidade no curto prazo. O PRONASCI introduziu mais despesas na área de formação, aperfeiçoamento e valorização de profissionais da segurança pública, portanto, hoje há maiores gastos na prevenção do crime do que no combate direto, objetivando uma mudança no panorama da violência no país no longo prazo. Além disso, o autor comenta

sobre a dificuldade de se fazer uma correta leitura sobre o orçamento no Brasil, seja pela falta de confiabilidade das fontes dos dados, pela falta de informações nos dados divulgados ou pela dificuldade de desagregar os gastos das três esferas do governo.

Alguns trabalhos encontrados nessa área se focam no FNSP, como é o caso de Souza (2004), que estudou os gastos públicos em segurança no período de 1992 a 2003, porém um foco maior foi dado aos gastos a partir de 2000, ano de criação do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e do FNSP, que foram criados com o objetivo de dar maior efetividade nas políticas públicas de caráter repressivo e preventivo da criminalidade no Brasil. O que a análise mostrou foi que o FNSP não conseguiu atuar como centralizador de uma única política pública de Segurança Pública como previsto e passou a ser mais uma fonte de recursos de que os Estados e Municípios poderiam lançar mão do que uma estrutura de unificação. Além disso, os recursos do FNSP têm sido usados quase que exclusivamente para a compra de armas, coletes, veículos e munições, deixando outros objetivos do Fundo de lado, como a implementação de sistemas de informações e estatísticas policiais.

Em trabalho mais recente sobre o FNSP, Souza e Costa (2007) concluíram que o Fundo foi um grande passo dado para se chegar à cooperação intergovernamental, porém o governo federal tem-se mostrado relutante em assumir um papel de coordenação e planejamento das políticas públicas em segurança pública, a prova disso é que análise dos gastos do FNSP desde sua criação, em 2000, até o ano de 2005, chegou à conclusão de que a cada ano que se passava menos recursos eram repassados para o Fundo e que o governo federal não estava mais estabelecendo prioridades para o repasse desses recursos, o que dificulta a inclusão das outras esferas de governo na montagem de um sistema policial cooperativo.

Outra área de pesquisa é sobre o Federalismo Brasileiro, mais especificamente as funções de cada ente federativo na área de segurança pública. O artigo de Peres *et al.* (2014) faz um apanhado histórico sobre as políticas de financiamento da segurança pública no Brasil, analisando as atribuições de cada ente da federação após a Constituição Federal de 1988. Foi observado que ficou a cargo dos Estados a maior parte das atribuições no campo da segurança pública, porém, são os municípios que se encontram mais próximos da população. É necessária, portanto, uma mudança estrutural nas atribuições de cada ente federado para incluir a estes novas funções. Além disso, concluiu-se que há necessidade de se melhorar o controle das informações sobre segurança pública de cada ente federado, com a estruturação de um canal unificado, assim como já possuem as áreas da saúde e da educação.

Outro artigo que também analisa a escassa atuação dos municípios nas políticas de segurança pública é o de Ricardo e Caruso (2007), que analisaram a experiência de alguns municípios brasileiros – Diadema, Belo Horizonte, Recife, Resende e São Paulo – na prevenção à violência e, a partir de tais exemplos, descreveram o processo que é necessário ser adotado para que o município tenha condições de implementar uma política de segurança pública, que se divide nas seguintes etapas: diagnóstico, estratégias de intervenção, execução do plano de ações e monitoramento/avaliação. O objetivo era mostrar que os municípios podem sim ter um papel relevante na diminuição da criminalidade e auxiliar os outros entes federados nas suas funções na área de segurança pública.

Scalco, Amorim e Gomes (2012) também analisaram a eficiência dos municípios no combate à criminalidade calculando um índice de eficiência técnica da Polícia Militar de Minas Gerais. Foram utilizados os dados sobre criminalidade de 851 municípios, separados em dois grupos de análise – crimes violentos contra a pessoa e crimes violentos contra o patrimônio. A hipótese defendida no artigo era de que os municípios maiores seriam menos eficientes no combate à criminalidade, e que municípios de menor extensão seriam mais eficientes. Os municípios analisados tiveram uma média de 0,49 no índice criado, que vai de 0 a 1. A maioria deles localiza-se nas faixas de eficiência de 0,3 a 0,6 e apenas 14 municípios foram considerados como 100% eficientes. A hipótese de que os municípios menores seriam mais eficientes foi comprovada, apesar de alguns municípios de grande porte terem sido enquadrados nas faixas de maior eficiência, como, por exemplo, Poços de Caldas e Varginha.

É possível observar a grande extensão de trabalhos e de temas relacionados à Segurança Pública existente no Brasil atualmente, apesar de haver limitações às pesquisas nessa área, seja pela falta de dados ou dificuldade em consegui-los, como foi observado em Santos e Kassouf (2008). Apesar disso, todos esses trabalhos têm grande importância principalmente para o poder público, que pode e deve utilizá-los para melhorar a efetividade de suas medidas de combate à criminalidade. No Apêndice A é possível consultar um quadro resumo com todos os trabalhos aqui citados.

3. METODOLOGIA

Com o objetivo de descobrir se os gastos com Segurança Pública têm impacto nos resultados de criminalidade no DF, foi realizada uma estatística descritiva, tanto dos gastos públicos e da criminalidade, quanto de outras variáveis socioeconômicas explicativas do crime, e seus resultados serão descritos na próxima seção.

Na primeira parte da estatística descritiva foram utilizados, além de dados sobre criminalidade e orçamento público, dados sobre População, Força Policial e PIB do DF.

Os dados sobre criminalidade total e desagregada foram obtidos junto à SSP/DF e abrangem o período de 2001 a 2011 (SSP/DF, 2014). Os dados de Gastos com Segurança Pública e Gastos Totais do DF foram retirados do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN na *internet* (STN, 2014). A única exceção foram os dados de gastos do ano de 2001 que foram retirados do Balanço Geral do Distrito Federal disponibilizados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ/DF (SEFAZ/DF, 2014). É importante salientar que, na análise desagregada dos Gastos com Segurança Pública, só foi possível obter tais dados, também retirados da STN (2014), a partir de 2004.

Os dados sobre Força Policial foram retirados dos Boletins Estatísticos de Pessoal e Informações Organizacionais disponibilizados pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério da Justiça – SEGEP. Os dados obtidos abrangem o quantitativo de pessoal do CBMDF, da PCDF e da PMDF. Só foram obtidos estes dados dos anos de 2003 a 2013 (SEGEP, 2014).

Os dados sobre População e PIB foram retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na *internet*. O quantitativo da população foi retirado das Séries de Estimativas da População (IBGE, 2014b) e o PIB do DF foi retirado das Séries de Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2014a).

Os dados de Gastos com Segurança Pública, Gastos Totais e PIB do DF foram atualizados pela inflação, em valores de 2012, pelo índice IGP-DI médio de cada ano.

Tendo como base a literatura do crime, foram escolhidas algumas variáveis socioeconômicas que serão analisadas na segunda parte da estatística descritiva, são elas: 1) Índice de Gini, variável que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos; 2) Renda domiciliar *per capita*; 3) Média de anos de estudo da população com 25 anos de idade ou mais; 4) Pobreza, sendo o percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza; 5) Taxa de

desemprego, que é o percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada; 6) População jovem do sexo masculino, sendo o percentual de homens entre 15 e 24 anos de idade.

A última variável foi analisada porque se acredita que esta faixa etária compreende aqueles que estão mais propícios a cometer os crimes e também aqueles que são as principais vítimas destes (LOUREIRO e CARVALHO, 2007). Outra informação pertinente é que os dados sobre renda domiciliar *per capita* estão deflacionados pelo deflator para rendimentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, em preços de outubro de 2013.

As variáveis socioeconômicas foram obtidas junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em seu sítio na *internet* (IPEA, 2014). Estas variáveis são analisadas também nos trabalhos de Carrera-Fernandez e Pereira (2001), Lobo e Carrera-Fernandez (2003), Lemos, Santos Filho e Jorge (2005), Britto (1999), e Loureiro e Carvalho (2007).

Na estatística descritiva das variáveis citadas anteriormente, foi calculado o coeficiente de correlação entre cada uma delas e a criminalidade por habitante. O coeficiente de correlação é um índice que varia de -1 a 1, sendo que valores positivos significam que existe uma correlação positiva e valores negativos significam que existe correlação negativa. Quanto mais próximo o valor estiver de -1 ou de 1, mais forte é a correlação existente.

Os resultados encontrados serão discutidos na próxima seção.

4. RESULTADOS

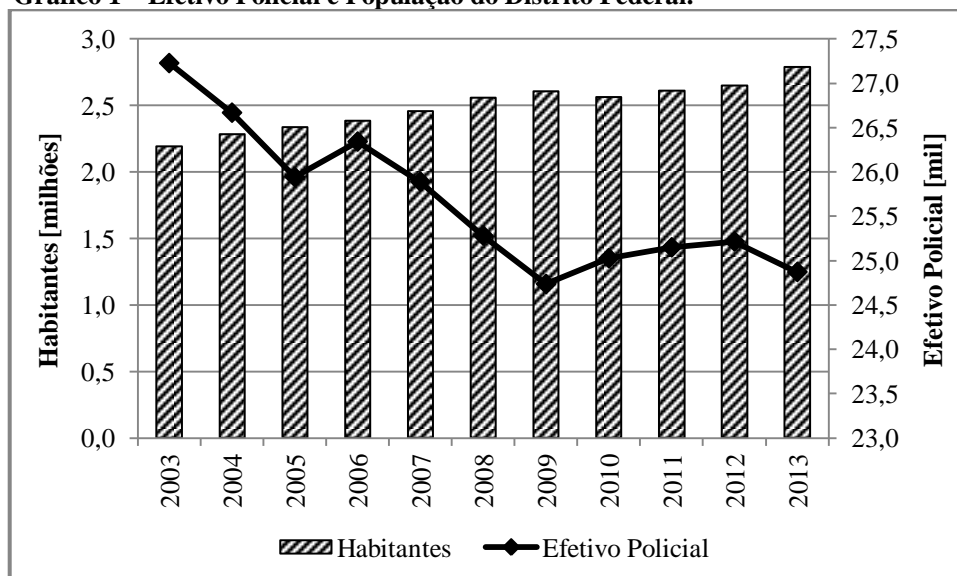
A seção de resultados irá apresentar a estatística descritiva das variáveis apresentadas anteriormente. Primeiramente, serão apresentados os resultados sobre os gastos públicos e sobre a criminalidade, visando observar sua evolução ao longo do tempo. Depois, serão analisadas outras variáveis explicativas do crime com o objetivo de observar quais delas podem ter influenciado a variação da criminalidade no período analisado.

4.1 Estatísticas de Gasto Público e Criminalidade

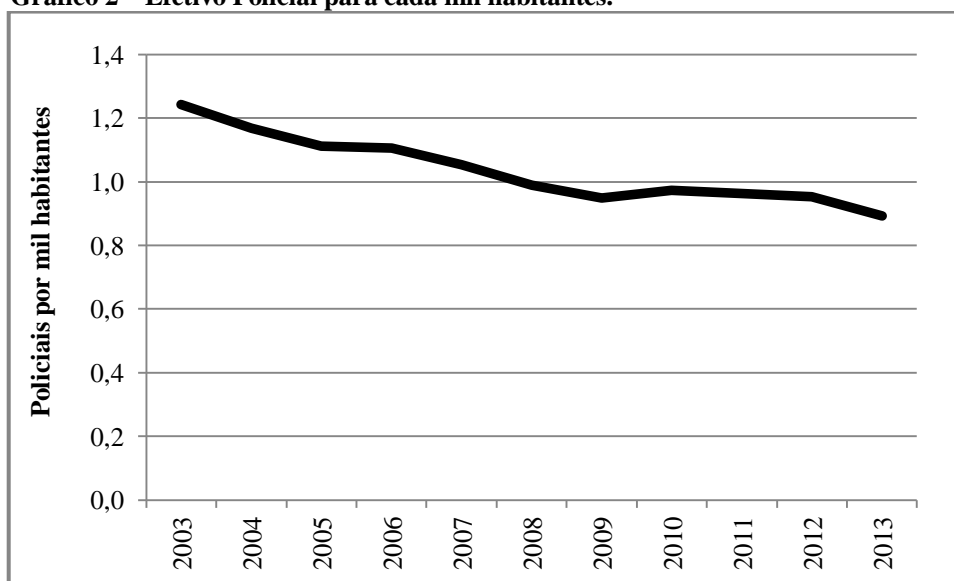
4.1.1 Força Policial e População do DF

Em relação ao efetivo policial no DF, no período de 2003 a 2013 o número de policiais passou de 27,2 mil para 24,9 mil, representando uma redução de 8,7%. Por outro lado, no mesmo período, a população cresceu 27,4%, atingindo 2,8 milhões de habitantes em 2013 (Gráfico 1). Dessa forma, quando se avalia o efetivo policial por habitante, constata-se que em 2003 existiam 12,4 policiais para cada mil habitantes e em 2013 a relação passou para 8,9 policiais para cada mil habitantes. Ou seja, ocorreu uma redução de 28,3% no efetivo policial por habitante (Gráfico 2). Maiores detalhes podem ser observados na Tabela 6 no Apêndice B.

Gráfico 1 – Efetivo Policial e População do Distrito Federal.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2014b) e da SEGEP (2014).

Gráfico 2 – Efetivo Policial para cada mil habitantes.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2014b) e da SEGEP (2014).

4.1.2 Orçamento para Segurança Pública no DF

Sobre os gastos com segurança pública no DF, é possível observar que a partir de 2004 houve uma queda significativa nos gastos desta natureza (Tabela 1). Esses gastos representavam 5,5% dos gastos totais do DF em 2003, porém caíram para apenas 1,9% no ano seguinte e chegou ao patamar de apenas 1% em 2007, quando então ascendeu novamente e em 2012 chegou a 3,5%.

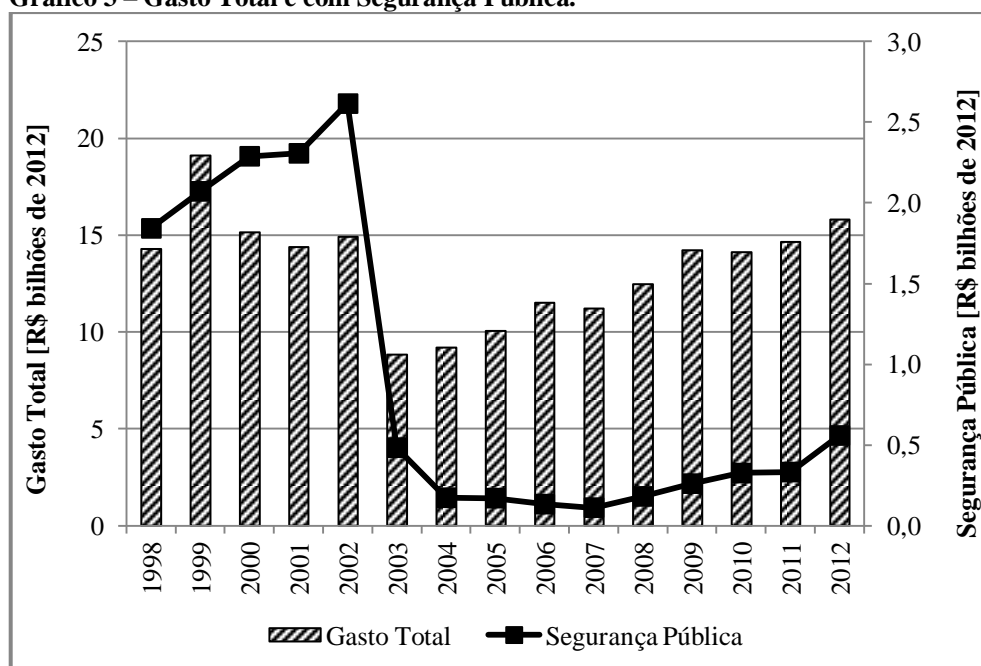
Tabela 1 - Orçamento do Distrito Federal em Segurança Pública.

Ano	Segurança Pública [R\$ bilhões de 2012]	Gasto Total [R\$ bilhões de 2012]	PIB [R\$ bilhões de 2012]	Segurança Pública/ Gasto Total	Segurança Pública/ Habitante [R\$ de 2012]	Segurança Pública/ PIB
2003	0,48	8,83	107,51	5,5%	220,71	0,4%
2004	0,17	9,19	110,14	1,9%	75,84	0,2%
2005	0,17	10,07	118,34	1,7%	72,99	0,1%
2006	0,13	11,51	129,48	1,2%	55,90	0,1%
2007	0,11	11,20	137,41	1,0%	45,46	0,1%
2008	0,18	12,47	145,32	1,5%	70,85	0,1%
2009	0,26	14,21	159,66	1,8%	99,89	0,2%
2010	0,33	14,11	172,41	2,3%	126,84	0,2%
2011	0,33	14,63	174,32	2,3%	127,22	0,2%
2012	0,56	15,82	-	3,5%	210,91	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN (2014) e do IBGE (2014a).

O motivo pelo qual a análise do orçamento em segurança pública começou no ano de 2003 e não anteriormente é porque, segundo o Balanço Geral do DF de 2003, foi a partir desse ano que começaram a ser retiradas dos grupos de receitas e despesas as transferências da União para custear as áreas de segurança pública, saúde e educação (SEFAZ/DF, 2014). Portanto, os valores de gasto com segurança pública e gasto total anteriores a 2003 apresentavam uma distorção muito alta, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Gasto Total e com Segurança Pública.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN (2014) e da SEFAZ/DF (2014).

Em relação ao PIB do DF, os gastos com segurança pública representavam 0,4% em 2003, porém, a partir de 2004, essa relação apresentou uma queda, chegando a representar apenas 0,1% entre 2005 e 2008, quando então voltou a subir em 2009, chegando a 0,2% e continuando no mesmo patamar nos anos seguintes (Tabela 1). O gasto por habitante também sofreu queda significativa, passando de R\$ 220,71 em 2003 para apenas R\$ 45,02 em 2007. A partir de 2008, o gasto por habitante voltou a crescer e em 2012 chegou a R\$ 210,91.

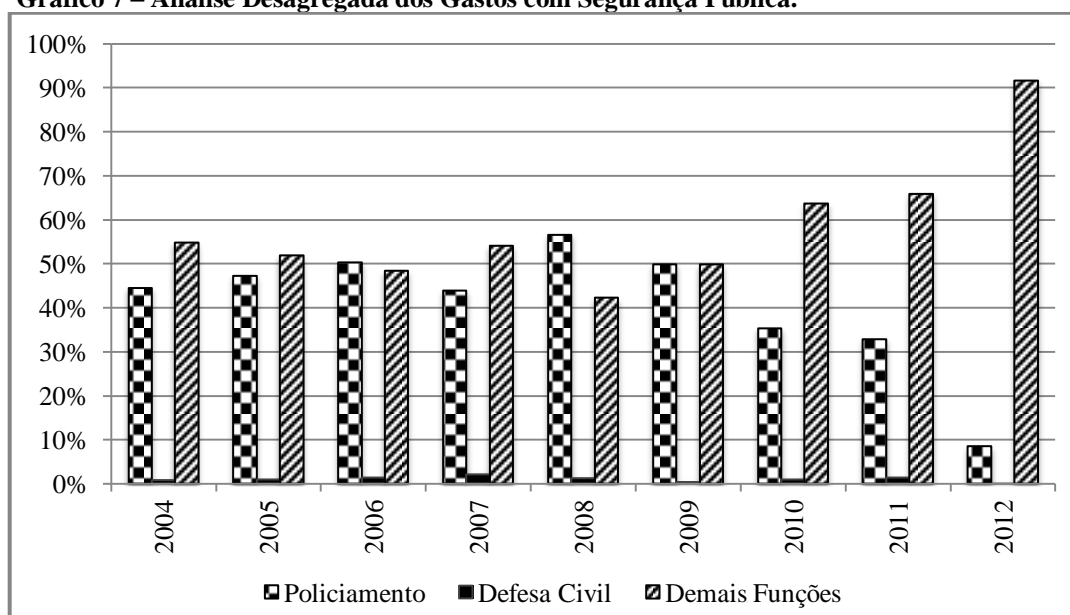
Analisando os gastos com segurança pública de maneira desagregada (Tabela 2), observa-se que a subfunção “Policiamento”, que representava 44% dos gastos em 2004, passou a apenas 8% em 2012. Já a subfunção “Demais Funções”, que representava 55% em 2004, passou a representar 92% do total dos gastos com segurança pública. A subfunção “Defesa Civil” também apresentou queda, de quase 1% em 2004 passou a representar apenas 0,01% em 2012. Não houve gastos classificados como “Informação e Inteligência” no período analisado.

Tabela 2 - Análise Desagregada dos Gastos com Segurança Pública.

Ano	Policimento/ Segurança Pública	Defesa Civil/ Segurança Pública	Informação e Inteligência/ Segurança Pública	Demais Funções/ Segurança Pública
2004	44,43%	0,82%	-	54,75%
2005	47,24%	0,95%	-	51,81%
2006	50,34%	1,32%	-	48,34%
2007	43,80%	2,15%	-	54,05%
2008	56,46%	1,25%	-	42,29%
2009	49,79%	0,35%	-	49,86%
2010	35,29%	1,01%	-	63,70%
2011	32,78%	1,35%	-	65,86%
2012	8,46%	0,01%	-	91,53%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN (2014).

O Gráfico 7 mostra a evolução das subfunções Policiamento, Defesa Civil e Demais Funções em relação ao total ao longo do tempo. É possível observar que a partir de 2010 há uma mudança no panorama de distribuição dos gastos nos subfunções, havendo um aumento significativo das “Demais Funções” e uma diminuição, também acentuada, das outras subfunções, principalmente a subfunção “Policiamento”. Por falta de disponibilidade de dados, não foi possível desagregar as “Demais Funções”, deixando isto como desafio para futuras pesquisas.

Gráfico 7 – Análise Desagregada dos Gastos com Segurança Pública.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN (2014).

4.1.3 Desempenho da Segurança Pública no DF

A criminalidade total no DF cresceu no período analisado. Esta, que era de 91.480 crimes em 2001, chegou ao patamar de 118.180 crimes em 2003 e após 2007 entrou em declínio, chegando a 103.423 crimes em 2011, apresentando um crescimento de 13%, considerando seus valores inicial e final (Tabela 3). Analisando a criminalidade em relação ao número de habitantes, observa-se que este índice era de 4,4 crimes para cada 100 habitantes em 2001, passou a ser de 5,4 crimes para cada 100 habitantes em 2003, e caiu novamente até chegar ao patamar mínimo no período de 4,0 crimes para cada 100 habitantes em 2011. Portanto, apesar de em um primeiro momento haver a impressão de um aumento nos índices de criminalidade no período, quando analisada juntamente com o número de habitantes fica evidente que, na realidade, houve uma diminuição da criminalidade.

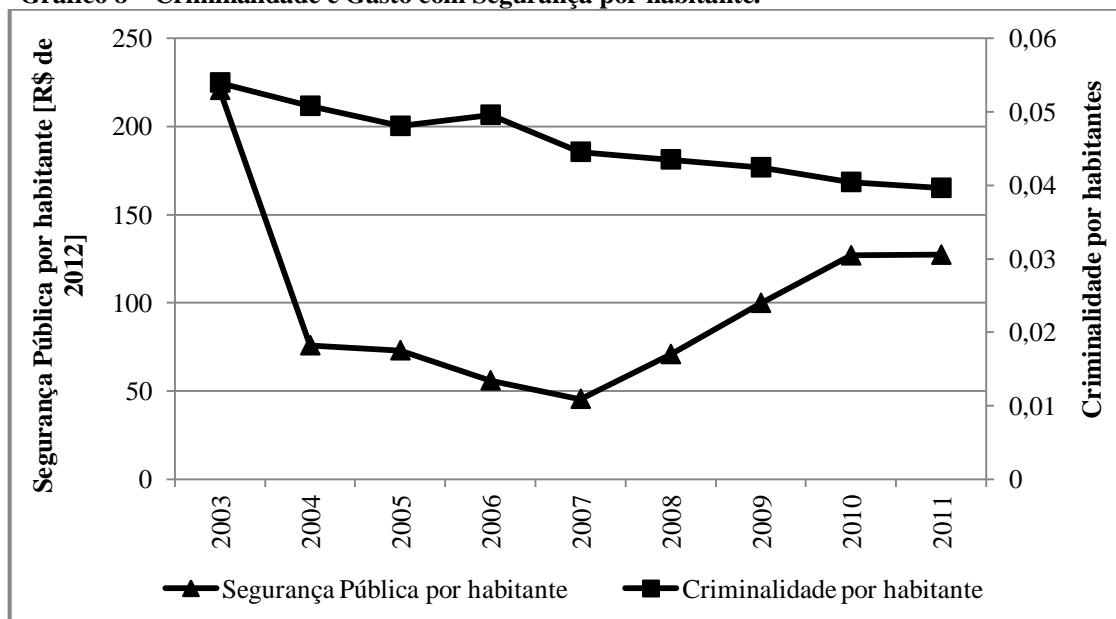
Tabela 3 - Criminalidade por Habitante.

Ano	Criminalidade Total	Criminalidade total para cada 100 habitantes
2001	91.481	4,4
2002	100.183	4,7
2003	118.180	5,4
2004	115.914	5,1
2005	112.134	4,8
2006	118.177	5,0
2007	109.363	4,5
2008	111.240	4,4
2009	110.597	4,2
2010	103.900	4,0
2011	103.423	4,0

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da SSP/DF (2014) e do IBGE (2014b).

No Gráfico 8, foi feita a confrontação entre a criminalidade por habitante e o gasto total com segurança pública por habitante. É possível observar que, apesar de haver uma queda nos gastos de 2003 a 2005, houve também uma queda da criminalidade nesses anos. Já no ano de 2006, houve um aumento na criminalidade e os gastos continuaram a diminuir. Somente a partir de 2008, os gastos começaram novamente a aumentar e a criminalidade continuou a cair. Portanto, no período de 2008 a 2010, o comportamento dos gastos e da criminalidade seguiu aquilo que se espera: quanto maior os gastos, menor a incidência de crimes.

Gráfico 8 – Criminalidade e Gasto com Segurança por habitante.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da STN (2014), da SSP/DF (2014) e do IBGE (2014b).

O comportamento observado de 2003 a 2006 talvez seja explicado pela natureza reativa dos gastos com segurança pública, fato este observado em outros trabalhos como Loureiro e Carvalho (2007), que significa dizer que os gastos com segurança pública, muitas vezes, só aumentam quando há um aumento da criminalidade local. Outro fator que talvez explique esse comportamento seja a oscilação nas outras variáveis explicativas da criminalidade que serão analisadas na próxima seção.

A análise desagregada da criminalidade mostra que, de todas as categorias de crimes, os contra o patrimônio representam a maior parte (Tabela 4). Em 2001, os crimes contra o patrimônio somavam 77.087 ocorrências. Ao longo do tempo, foi possível observar um aumento desse tipo de crime, que representava 90.606 ocorrências em 2011, chegando a apresentar 103.552 ocorrências em 2003. Também foi possível observar que a representatividade dessa modalidade aumentou no período analisado, passando de 84,3% do total em 2001 para 87,6% em 2011.

Tabela 4: Análise Desagregada da Criminalidade.

Ano	Crime contra a Pessoa		Crime contra o Patrimônio		Crime contra a Dignidade Sexual		Crime Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2001	13.591	14,9%	77.087	84,3%	803	0,9%	91.481
2002	14.477	14,5%	84.940	84,8%	766	0,8%	100.183
2003	13.979	11,8%	103.552	87,6%	649	0,5%	118.180
2004	14.045	12,1%	101.276	87,4%	593	0,5%	115.914
2005	15.017	13,4%	96.447	86,0%	670	0,6%	112.134
2006	14.605	12,4%	102.978	87,1%	594	0,5%	118.177
2007	13.022	11,9%	95.761	87,6%	580	0,5%	109.363
2008	12.500	11,2%	98.191	88,3%	549	0,5%	111.240
2009	12.923	11,7%	97.032	87,7%	642	0,6%	110.597
2010	12.494	12,0%	90.759	87,4%	647	0,6%	103.900
2011	11.994	11,6%	90.606	87,6%	823	0,8%	103.423

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014).

Os crimes contra a pessoa vêm em segundo lugar, representando 14,9% do total de crimes em 2001 (13.591 ocorrências), e decrescendo em termos absolutos e relativos, passando a representar 11,6% do total em 2011. Já os crimes contra a dignidade sexual são os menos expressivos, representando ao longo do tempo menos de 1% do total.

Por ser a categoria de crime de maior expressão na criminalidade total, foi feita uma análise desagregada dos crimes contra o patrimônio, divididos em roubos e furtos. Segundo Seillier (2010), a diferença básica entre roubo e furto é que o primeiro envolve o emprego de violência ou grave ameaça e o segundo não. As duas categorias de crimes apresentaram seus patamares mínimos no ano de 2001, sendo 23.027 ocorrências de roubo e 54.060 ocorrências de furto (Tabela 5). Nesse ano, roubos representavam 29,9% do total e furtos, 70,1%. Em 2011, os furtos passam a representar 72,9% do total e os roubos passam a representar 27,1%. Portanto, é possível observar que os furtos tiveram uma redução na sua representatividade, enquanto os roubos tiveram um aumento.

Tabela 5 - Análise desagregada do Crime contra o Patrimônio.

Ano	Roubo		Furto		Total
	Quantitativo	%	Quantitativo	%	
2001	23.027	29,9%	54.060	70,1%	77.087
2002	23.925	28,2%	61.015	71,8%	84.940
2003	29.563	28,5%	73.989	71,5%	103.552
2004	29.348	29,0%	71.928	71,0%	101.276
2005	26.720	27,7%	69.727	72,3%	96.447
2006	28.119	27,3%	74.859	72,7%	102.978
2007	26.743	27,9%	69.018	72,1%	95.761
2008	29.970	30,5%	68.221	69,5%	98.191
2009	32.141	33,1%	64.891	66,9%	97.032
2010	26.800	29,5%	63.959	70,5%	90.759
2011	24.588	27,1%	66.018	72,9%	90.606

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014).

Na estatística descritiva dos gastos públicos e da criminalidade, foi possível observar que o gasto com segurança pública por habitante no DF começou a cair em 2004, porém em 2008 voltou a subir e agora caminha para voltar ao seu patamar do ano de 2003. Já a criminalidade por habitante, vem sofrendo quedas consecutivas desde 2006, alcançando em 2010 e 2011 os menores patamares desde 2001. Analisando a criminalidade de maneira desagregada, é possível observar que os crimes contra o patrimônio são os de maior expressão.

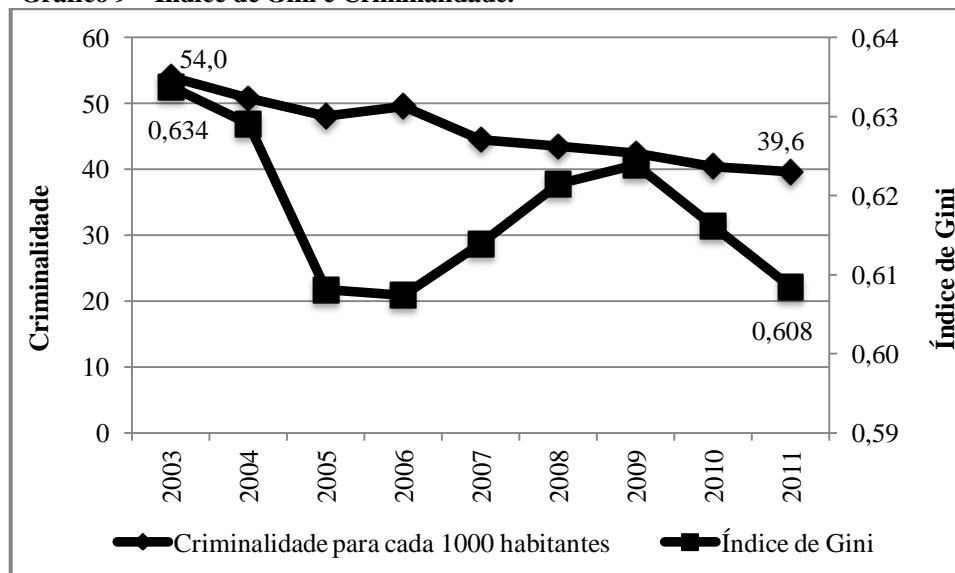
4.2 Estatísticas Socioeconômicas

A análise de outras variáveis socioeconômicas que possam explicar a criminalidade é importante, pois, como observado anteriormente, não é possível afirmar que os gastos com segurança pública expliquem a variação da criminalidade.

No Gráfico 9 é possível observar a evolução do Índice de Gini do DF ao longo do tempo, em comparação com a criminalidade. A criminalidade por habitante tem uma tendência de queda no período, enquanto que o índice não segue uma tendência linear. O Índice de Gini para o DF era de 0,634 em 2003, atingindo o valor de 0,608 em 2010, representando uma redução de 4,1% no indicador de desigualdade de renda. Porém, apesar de apresentar diminuição no período, este índice apresenta alternância de aumentos e diminuições no período. Na literatura é possível observar uma relação direta entre concentração de renda e

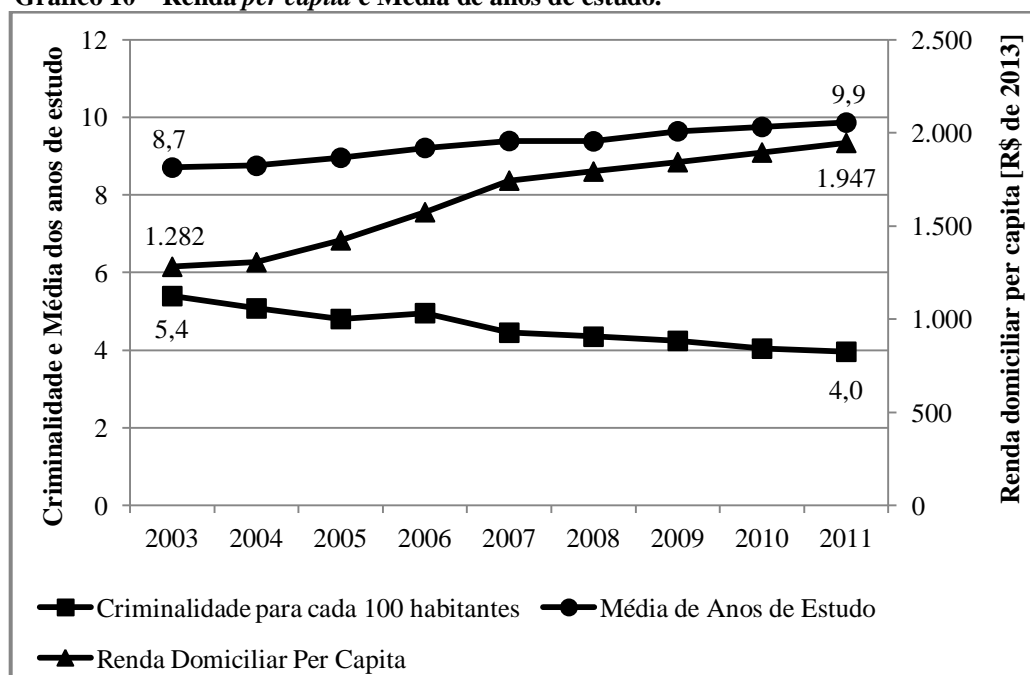
criminalidade, como observado em Carrera-Fernandez e Pereira (2001) e em Lemos, Santos Filho e Jorge (2005), o que não foi observado aqui.

Gráfico 9 – Índice de Gini e Criminalidade.



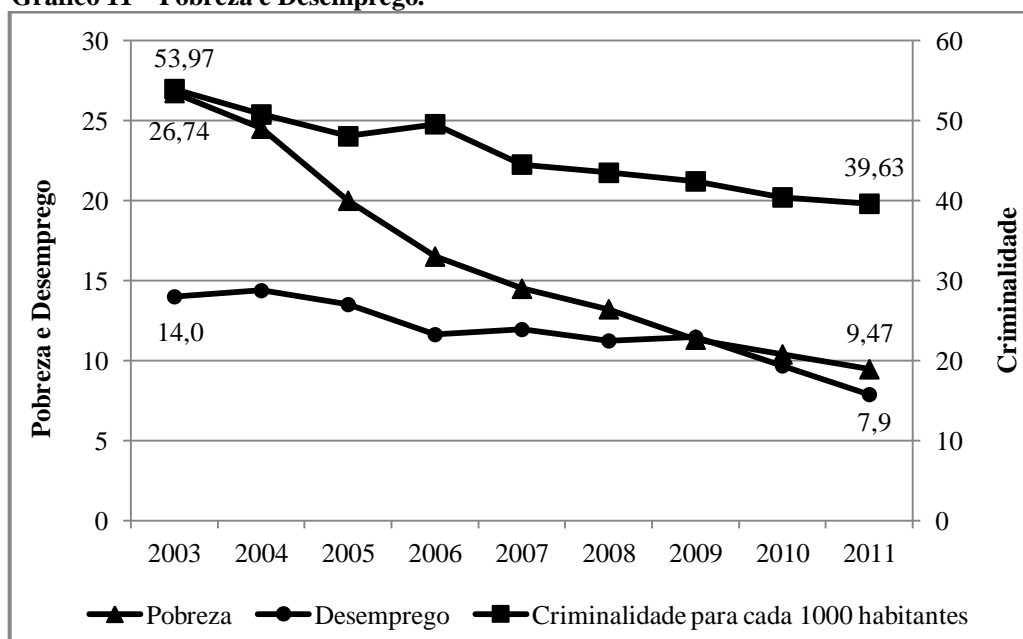
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014) e do IPEA (2014).

Sobre renda *per capita*, é possível observar no Gráfico 10 que há uma tendência ao crescimento desta variável ao longo do tempo. Em 2003, a média da renda domiciliar *per capita* dos habitantes do DF era de R\$1.282,00 e em 2011 esse número passou a ser de R\$1.947,00, apresentando assim um crescimento de 51,9%. Portanto, a renda *per capita* dos indivíduos do DF está aumentando enquanto que a criminalidade vem diminuindo. Isto corrobora o resultado da pesquisa de Britto (1999). Também há a mesma tendência em relação à média dos anos de estudo. Este índice apresentou crescimento de 13,3% no período, variando de 8,7 para 9,9 anos de estudo. O que significa que quanto mais instruída é a população, menor a incidência de crimes na localidade. O mesmo resultado foi encontrado por Lobo e Carrera-Fernandez (2003).

Gráfico 10 – Renda *per capita* e Média de anos de estudo.

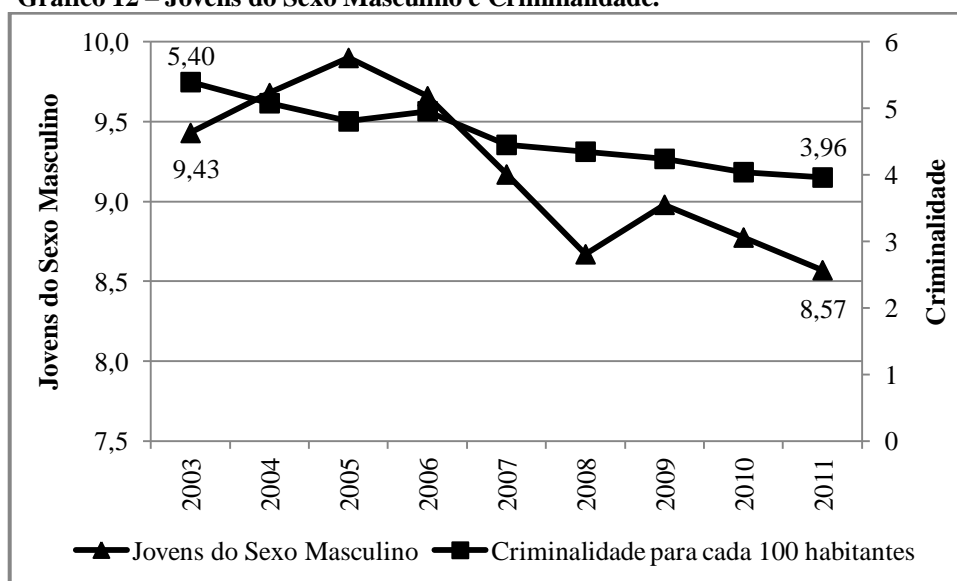
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014) e do IPEA (2014).

Os índices de pobreza e desemprego apresentam uma relação direta com a criminalidade no DF, como observado no Gráfico 11. A porcentagem de pessoas pobres era de 26,7% em 2003 e diminuiu para 9,47%, apresentando uma variação negativa de 17,23%. Já o desemprego do período caiu de 14% em 2003 para 7,9%, totalizando uma variação de 6,1% no período. O que significa dizer que quanto menor a porcentagem da população de baixa renda e quanto mais pessoas empregadas existem na localidade, há uma menor incidência de crimes. Este resultado confirma a literatura da área, como, por exemplo, Seillier (2010) e Loureiro e Carvalho (2007).

Gráfico 11 – Pobreza e Desemprego.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014) e do IPEA (2014).

É possível observar que a queda da criminalidade por habitante acompanha também a diminuição da população jovem masculina no DF (Gráfico 12). Como observado anteriormente, os jovens dessa faixa etária estão mais propensos a cometerem ou serem vítimas dos crimes. Em 2003, eles representavam 9,4% da população do DF e em 2011 esse número caiu para 8,57%. Portanto, houve uma queda de 0,83% de homens dessa faixa etária na população. O mesmo resultado foi encontrado por Lemos, Santos Filho e Jorge (2005).

Gráfico 12 – Jovens do Sexo Masculino e Criminalidade.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014) e do IPEA (2014).

Para poder analisar a relação existente entre cada uma das variáveis analisadas e a criminalidade por habitantes no DF, foram calculados os coeficientes de correlação, como pode ser observado na Tabela 6.

Observa-se que, como descrito anteriormente, a renda domiciliar *per capita* e a média de anos de estudo possuem uma forte correlação negativa com a criminalidade, o que pode indicar que quanto maior o valor dessas variáveis, menor será a criminalidade. Já a pobreza, o desemprego e a porcentagem de jovens do sexo masculino possuem uma forte correlação positiva, sinalizando que quanto maiores forem essas variáveis, maior será a ocorrência de crimes.

Tabela 6 – Correlação entre as variáveis explicativas e o crime.

Variável	Coefficiente de correlação
Índice de Gini	0,44
Renda domiciliar <i>per capita</i>	-0,96
Média dos anos de estudo	-0,96
Pobreza	0,96
Desemprego	0,87
Jovens do sexo masculino	0,82
Gastos com segurança pública	0,22

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SSP/DF (2014), do IPEA (2014) e da STN (2014).

O Índice de Gini, contrariando o resultado de outras pesquisas, apresentou uma correlação fraca com a criminalidade, o que pode significar que, no período analisado, a concentração de renda não exerceu muita influência sobre os resultados da criminalidade no DF.

Também foi calculado o coeficiente de correlação entre os gastos com segurança pública e a criminalidade por habitante, e o resultado mostra que existe uma leve correlação positiva, o que vai contra o esperado, que é de haver uma forte correlação negativa. Loureiro e Carvalho (2007) também observaram em seu trabalho o mesmo resultado, e concluíram que os gastos com segurança pública que visam combater a criminalidade no curto prazo, ou seja, são repressivos, não têm efeito sobre a criminalidade.

5. Considerações Finais

O presente trabalho objetivou avaliar a influência que os gastos com segurança pública têm no desempenho da criminalidade no DF. Para tanto, realizou-se uma análise descritiva onde foram utilizados dados sobre a função segurança pública no orçamento do DF e o total de ocorrências criminais registradas. Além disso, analisaram-se outras variáveis socioeconômicas com o intuito de identificar aquelas que podem ou não ter efeitos sobre a criminalidade.

O que se observou é que a criminalidade por habitante tem caído nos últimos anos no DF, e que os gastos com segurança pública por habitante têm voltado a subir após sofrer sucessivos declínios. Além disso, após análise desagregada da criminalidade, observou-se que crimes contra o patrimônio são os mais expressivos dentre as três modalidades de crimes analisadas – crimes contra o patrimônio, crimes contra a pessoa e crimes contra a dignidade sexual. Também se observou que, dentro da modalidade crimes contra o patrimônio, o furto é a espécie de maior representatividade.

Dentre as variáveis socioeconômicas analisadas, as que mostram ter relação com os índices de criminalidade por habitante foram, de maneira negativa, a renda domiciliar *per capita* e a média dos anos de estudo da população e, de maneira positiva, o nível de pobreza, o percentual de pessoas desempregadas e o percentual de jovens do sexo masculino. Já o Índice de Gini, que se esperava que apresentasse correlação significativa, apresentou correlação fraca.

Os gastos com segurança pública por habitante, principal variável de análise do trabalho, também apresentou uma fraca correlação positiva com os níveis de criminalidade no período analisado (de 2003 a 2011), quando se esperava encontrar uma forte correlação negativa. O resultado alcançado também foi observado no trabalho de Loureiro e Carvalho (2007), onde os autores observaram que gastos de curto prazo utilizados como medida de repressão, ou seja, que acontecem quando há um aumento na criminalidade, não conseguem diminuir a ocorrência de crimes.

O fato de os gastos com segurança pública não mostrarem forte correlação com a criminalidade induz o entendimento de que as variações observadas nas outras variáveis socioeconômicas foram responsáveis pela diminuição da criminalidade por habitante no período. Portanto, talvez se possa afirmar que os gastos do governo nas outras áreas sociais, como educação e assistência social, por exemplo, podem influenciar os índices de

criminalidade. Isso também é observado por Loureiro e Carvalho (2007), que analisaram a influência dos gastos com assistência social sobre a criminalidade e chegaram à mesma conclusão. Conclui-se então que o ideal seria que os gastos com segurança pública fossem direcionados a medidas de prevenção ao crime, não se repressão.

Uma limitação da pesquisa foi o horizonte de tempo e periodicidade disponível dos dados, o que impediu uma análise de série de tempo robusta. Como sugestão de pesquisa futura seria interessante analisar períodos de tempo mais longos e utilizar outros métodos de análise de dados. Além disso, seria interessante observar os dados do DF por região administrativa e analisar onde os gastos com segurança pública são mais efetivos ou não dentro do DF.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary. S.; Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**, v. 76, p. 169-217, 1968.

BRASIL. Lei N.º 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 de mar. 1964.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de out. 1988.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 19, de 4 de Junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de jun. 1998.

_____. Ministério do Orçamento e Gestão. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 de abr. 1999.

BRITTO, T. A.. **Desemprego E Crime**: Uma Análise de Séries de Tempo para o Distrito Federal – 1992/1996. 1999. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; PEREIRA, Rogério . Diagnóstico da criminalidade na Bahia: uma análise a partir da teoria econômica do crime. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial, p. 792-806, 2001.

CARVALHO, A.; CERQUEIRA, D. R. C.; RODRIGUES, Rute I.; LOBÃO, W. J. A.. **Análise dos Custos e Consequências da Violência no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2007. 61 p. (Texto para Discussão, n. 1284).

_____. Custos das mortes por causas externas no Brasil. **Revista Brasileira de Biometria**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 23-47, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 28.692, de 17 de janeiro de 2008. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**. Brasília, DF, 18 de jan. 2008.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 498p.

HAKIM, S.; ARIE OVADIA, E. S. e WEINBLATT, J. **Interjurisdictional Spillover of Crime and Police Expenditure**. Land Economics, v. 55, n. 2, 1979, p. 200-212.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB Municipal. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/xls/Pib_Municipal_2007_2011_xls.zip> Acesso em: 14 nov. 2014a.

_____. População residente enviada ao Tribunal de Contas da União – 2001-2013. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/serie_2001_2013_tcu.shtml> Acesso em: 14 nov. 2014b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata social. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 07 nov. 2014.

KAHN, T.. Os custos da violência: quanto se gasta ou deixa de ganhar por causa do crime no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 42-48, 1999.

_____. Análise dos investimentos em Segurança Pública no Brasil entre 2000 e 2009. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 152-164, 2013.

LÁZARO, Márcio Vinícius Lima. **Orçamento Público Federal e Segurança Pública no Brasil – 2004-2011**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LEMO, A.; SANTOS FILHO, E. P.; JORGE, M. A.. Um Modelo para Análise Socioeconômica da Criminalidade no Município de Aracaju. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 569-594, 2005.

LOBO, Luiz Fernando A.; CARRERA-FERNANDEZ, J.. A criminalidade na região metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: ANPEC, 2003.

LOUREIRO, André O. F.; CARVALHO, José Raimundo. O Impacto dos Gastos Públicos sobre a Criminalidade no Brasil. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 12., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

MEHAY, Stephen L. **Interjurisdictional Spillovers of Urban Police Services**. Southern Economic Journal, v. 43, n. 3, 1977, p. 1352-1359.

MENDONÇA, M. J. C.; LOUREIRO, P. R. A.; SACHSIDA, A.. Interação Social e Crimes Violentos: uma análise empírica a partir dos dados do Presídio de Papuda. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 32, n.4, p. 621-641, 2002.

MORAIS FILHO, O. M.; CARIO, R. D.; NOGUEIRA, R. A. . Análise dos investimentos em Segurança Pública no Brasil entre 2000 e 2009. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 5, v. 8, p. 38-59, 2011.

PERES, U. D.; BUENO, S.; LEITE, C. K. S.; LIMA, R. S.. Segurança Pública: reflexões sobre o financiamento de suas políticas públicas no contexto federativo brasileiro. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 132-153, 2014.

RICARDO, C. M.; CARUSO, Haydée. Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 102-119, 2007.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L.. Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 343-372, mai/ago 2008.

SCALCO, P. R.; AMORIM, A. L.; GOMES, Adriano Provezano. Eficiência técnica da polícia militar em Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 165-190, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEFAZ/DF). Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/arquivos/ZIP/GestaoContabil/balanco_geral___volume_i___2003.zip> Acesso em: 14 nov. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (SSP/DF). Série Histórica. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/images/Estatistica%20SSPDF/Serie%20Historica/s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%20-%202001%20-%202012%202.xls>> Acesso em: 02 abr. 2014.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAL (SEGEPE). Ministério da Justiça. Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=6&ler=t10204>> Acesso em: 14 nov. 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Séries Temporais. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx> Acesso em: 02 abr. 2014.

SEILLIER, M.. **Criminalidade nos estados brasileiros no período 2001-2005**: uma análise econômica com dados em painel. 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SHIKIDA, P. F. A.; OLIVEIRA, H. V. N.. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo sobre a mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 3, p. 99-114, 2012.

SOUZA, B. C. G.. **Orçamento e Segurança Pública**: Um Estudo de Caso do Fundo Nacional de Segurança Pública. 2004. 122 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

SOUZA, B. C. G.; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Relações Intergovernamentais e segurança pública: uma análise do fundo nacional de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 6-20, 2007.

STIGLITZ, Joseph E. **Economics of The Public Sector**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, INC. 2000, 823p.

APÊNDICE A – Resumo da Revisão de Literatura

Quadro 1 – Resumo da Revisão de Literatura.

Artigo	Abrangência Geográfica	Objetivo/Foco	Dados	Método	Principais Conclusões
Britto (1999)	Distrito Federal	Analisar a correlação existente entre desemprego e crime.	Taxas de Desemprego e Criminalidade.	Análise de Regressão.	Correlação positiva entre as variáveis desemprego, experiência criminal anterior e renda e a variável criminalidade.
Kahn (1999)	São Paulo	Calcular o custo da violência.	Gastos feitos cidadãos alocados no combate ao crime; Gastos com a compra de itens de segurança e valores que deixam de ser ganhos pela sociedade.	Análise de Regressão.	O custo da violência encontrado é elevado e subestimado por não ser possível estimar componentes importantes do gasto.
Carrera-Fernandez e Pereira (2001)	40 municípios baianos não integrantes da Região Metropolitana de Salvador	Analisar as causas e evolução da criminalidade.	Dados referentes à criminalidade e variáveis socioeconômicas.	Modelo baseado em curvas de oferta de atividades criminosas.	Renda do Município e investimentos em educação possuem efeito negativo sobre a criminalidade, enquanto que concentração de renda possui efeito positivo.
Mendonça, Loureiro e Sachsida (2002)	Distrito Federal	Analisar a relação entre interação social e tipo de crime cometido (violento ou não violento).	Questionário elaborado pelos autores e aplicado em 799 detentos do Presídio da Papuda.	Análise de Regressão.	Os fatores determinantes de cada tipo de crime são diferentes. Desequilíbrios no núcleo familiar aumentam a predisposição do indivíduo cometer crimes violentos.
Lobo e Carrera-Fernandez (2003)	10 municípios da Região Metropolitana de Salvador	Explicar os índices de criminalidade sob o ponto de vista de variáveis socioeconômicas.	Eficiência da polícia; nível de educação; densidade demográfica; grau de urbanização; renda do município; tamanho do governo municipal e concentração de renda.	Modelo baseado em curvas de oferta de atividades criminosas.	Aumentos de densidade demográfica, eficiência da polícia, nível de educação, renda do município e tamanho do governo municipal, diminuem a criminalidade. Aumentos de concentração de renda e grau de urbanização aumentam a criminalidade.
Souza (2004)	Governo Federal.	Analisar as ações e dispêndios do	Orçamento do Governo Federal.	Análise Empírica.	O FNSP não conseguiu atuar como

		Governo Federal na área de segurança pública no período de 1992 a 2003, com ênfase para o período após a criação do FNSP.			centralizador de uma única política pública de Segurança Pública como previsto e passou a ser mais uma fonte de recursos de que os Estados e Municípios poderiam lançar mão do que uma estrutura de unificação. Objetivos do PNSP, como a implementação de sistemas de informações e estatísticas policiais, foram deixados de lado.
Lemos, Santos Filho e Jorge (2005)	Aracaju	Analisar as variáveis socioeconômicas que explicam a criminalidade.	Dados referentes à criminalidade e variáveis socioeconômicas.	Análise de Regressão.	As variáveis que melhor explicam os crimes contra o patrimônio são: concentração de renda, características de infraestrutura existente em cada bairro, baixa densidade demográfica e menor participação de jovens no total da população.
Carvalho <i>et al.</i> (2007)	Brasil	Calcular o custo da violência para todo o Brasil.	Gastos efetuados pelo Estado e gastos arcados pelo setor privado.	Análise de Regressão.	Estimativa de R\$ 92 bilhões para 2004, havendo limitações no cálculo por não ser possível estimar os custos com o sistema de justiça, as perdas com desvio de turismo e outros custos intangíveis.
Loureiro e Carvalho (2007)	Estados Brasileiros	Estimar o impacto dos gastos públicos em segurança e assistência social sobre a criminalidade.	Dados sobre criminalidade: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio e sequestros.	Modelo baseado na Modelagem Econométrica do Crime.	Concentração de renda e proporção de lares uniparentais afetam a criminalidade positivamente. Os gastos com assistência social mostraram ter efeito negativo sobre a criminalidade. Gastos com segurança pública possuem efeito negativo apenas sobre homicídios.
Ricardo e Caruso (2007)	Diadema, Belo Horizonte, Recife, Resende e	Analisar a experiência de alguns municípios brasileiros na		Análise Empírica.	Descrição do processo necessário para que o município tenha condições de implementar uma

	São Paulo.	prevenção à violência.			política de segurança pública: diagnóstico, estratégias de intervenção, execução dos planos de ações e monitoramento.
Souza e Costa (2007)	Governos Federal e Estaduais	Apresentar os resultados de um estudo no Fundo Nacional de Segurança Pública.	Gastos com Segurança Pública e com o Fundo Nacional de Segurança Pública.	Análise Empírica.	O governo federal tem-se mostrado relutante em assumir um papel de coordenação e planejamento das políticas públicas em segurança. A cada ano que passa menos recursos são repassados ao Fundo e o governo não estabelece mais prioridades para o repasse desses recursos.
Carvalho <i>et al.</i> (2008)	Brasil	Cálculo do custo social decorrente da perda de capital humano decorrentes de mortes por motivos externos.	Dados sobre idade, gênero, município de residência e grau de escolaridade.	Análise de Regressão.	O valor encontrado foi de R\$ 20,1 bilhões de perda total de produção no período, sendo R\$ 9,1 bilhões causados por homicídios, R\$ 5,4 bilhões por acidentes de trânsito e R\$ 1,3 bilhões por suicídios.
Santos e Kassouf (2008)	Brasil	Agregar e discutir os estudos econômicos sobre criminalidade já realizados no Brasil, para auxiliar e incentivar novas pesquisas e analisar as principais fontes de dados disponíveis.	Outros	Análise Empírica.	Uma parte dos estudos tende a investigar as causas da criminalidade amplamente, enquanto outros têm objetivos mais específicos. Há um consenso de que a desigualdade de renda afeta positivamente a criminalidade. No Brasil há uma grande carência de dados criminais disponíveis para pesquisa.
Seillier (2010)	27 estados brasileiros	Analisar a relação existente entre o crime e algumas variáveis socioeconômicas e demográficas.	Dados sobre criminalidade; Dados sobre renda <i>per capita</i> , taxa de desemprego, taxa de analfabetismo e porcentagem de população urbana.	Análise de Regressão.	Os crimes letais estão mais associados a baixos índices de escolaridade; os crimes patrimoniais violentos a variáveis demográficas; os crimes patrimoniais não violentos a variáveis de desigualdade de renda; os crimes envolvendo drogas a

					maiores taxas de desemprego.
Morais Filho, Cario e Nogueira (2011)	Municípios, Estados e União.	Exploraram os gastos das três esferas de governo a fim de comprovar um aumento real e nominal dos investimentos na área de segurança pública e comparar tais dispêndios com países da União Europeia.	Dados sobre gastos com segurança pública da União, Estados e Municípios.	Abordagem quantitativa com objetivo exploratório.	Real aumento dos gastos com segurança pública; os Estados são os entes que mais investem nessa área; em comparação com os países europeus o Brasil se encontra em boa situação.
Lázaro (2012)	União.	Analisar a formação e destinação do orçamento na área de segurança pública e como se dá a construção das políticas públicas no setor.	Orçamentos dos Ministérios da Justiça, do Planejamento e da Fazenda.	Análise Empírica.	A participação da função Segurança Pública no orçamento é pequena (apenas 0,37% da média anual de gastos totais do governo). Os gastos anteriores à criação do PRONASCI eram mais voltados ao combate direto à violência e o programa introduziu maiores gastos na prevenção do crime do que no combate direto, objetivando uma mudança no panorama da violência no país no longo prazo.
Scalco, Amorim e Gomes (2012)	Minas Gerais.	Calcular um índice de eficiência técnica da Polícia Militar do estado em relação ao combate à criminalidade.	Dados sobre criminalidade de 851 municípios.	Modelos Econométricos (<i>Data Envelopment Analysis</i> e <i>Tobit</i>).	A média do índice para os municípios analisados foi de 0,49 (de 0 a 1). Apenas 14 municípios foram considerados 100% eficientes. Foi comprovado que municípios de menor porte são mais eficientes.
Shikida e Oliveira (2012)	Mesorregião oeste do Paraná.	Analisar a correlação entre desenvolvimento econômico e incidência de crimes violentos.	Variáveis socioeconômicas e taxas de homicídios.	Análise Multivariada (Método dos Componentes Principais).	A incidência de crimes diminui com o aumento do IDS, porém a correlação é considerada muito baixa.
Kahn (2013)	Regiões Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil.	Explicar a diminuição da criminalidade na região Sudeste e o aumento da		Análise Empírica.	Motivos apontados para o aumento da criminalidade nas regiões Norte e Nordeste: aumento do

		criminalidade nas regiões Norte e Nordeste do Brasil na última década.			poder aquisitivo da população e, consequentemente, um aumento da oferta de bens a serem roubados ou furtados; um sistema de justiça mais falho; aumento do número de armas de fogo adquiridas para segurança própria. Motivos apontados para a redução da criminalidade na região Sudeste: a retirada de armas de fogo de circulação; novas ferramentas e técnicas de gestão policiais; aumento das taxas de encarceramento; crescimento econômico equilibrado; mudanças nas dinâmicas demográficas estaduais; e o uso mais intenso dos equipamentos de segurança.
Peres <i>et al.</i> (2014)	Brasil	Fazer um apanhado histórico sobre as políticas de financiamento da segurança pública, analisando as atribuições de cada ente da federação.		Análise Empírica.	Está a cargo dos Estados a maior parte das atribuições no campo de segurança pública, porém é necessário que os municípios passem a ter novas funções, pois são os entes mais próximos da população. Há necessidade da melhora o controle das informações sobre segurança pública de cada ente federado.

Fonte: Elaboração Própria.

APÊNDICE B – Efetivo Policial e População ao longo do tempo

Tabela 7 – Efetivo Policial e População ao longo do tempo.

Ano	Efetivo Policial [mil]	Habitantes [milhões]	Efetivo policial para cada mil habitantes
2003	27,2	2,2	12,4
2004	26,7	2,3	11,7
2005	25,9	2,3	11,1
2006	26,3	2,4	11,0
2007	25,9	2,5	10,5
2008	25,3	2,6	9,9
2009	24,7	2,6	9,5
2010	25,0	2,6	9,8
2011	25,1	2,6	9,6
2012	25,2	2,6	9,5
2013	24,9	2,8	8,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE (2014b) e da SEGEP (2014).